

O 1º CONGRESSO DE ESCRITORES E O ARQUIVO ASTROJILDO PEREIRA

*TANIA REGINA DE LUCA
UNESP/ASSIS; PESQUISADORA DO CNPQ*

Em março de 1942 foi fundada em São Paulo a Sociedade dos Escritores Brasileiros, sob a liderança de Sérgio Milliet. Ainda em novembro, seu Conselho Federal, presidido por Manoel Bandeira e integrado por Astrojildo Pereira, Carlos Drummond de Andrade, José Lins do Rego, Prudente de Moraes Neto, José Lins do Rego, entre vários outros nomes de destaque nas letras nacionais, recebeu a incumbência de reorganizar a entidade de forma a lhe dar dimensões efetivamente nacionais.¹

O conselho levou a cabo o trabalho e elaborou os estatutos da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), novo nome da entidade, cuja estrutura previa seções autônomas nas capitais dos estados e territórios, além da central, com sede no Distrito Federal, todas coordenadas por um conselho nacional. Os estatutos foram aprovados em assembléia realizada em fevereiro de 1943.

Nessa oportunidade, elegeu-se a primeira diretoria, biênio 1943-1944, encabeçada pelo historiador e Ministro do Tribunal de Contas da União, Otávio Tarquínio

(Presidente); Carlos Drummond de Andrade (Vice-Presidente); Álvaro Lins (1º Secretário); Dante Costa (2º Secretário); Marques Rebelo (Tesoureiro); Manuel Bandeira; Rodrigo Melo Franco de Andrade; José Lins do Rego; Astrojildo Pereira e Dinah Silveira de Queiroz (Conselho Fiscal). Tratava-se de uma associação que tinha por objetivo defender os interesses específicos dos escritores em todos os seus aspectos, entre os quais se destacava a espinhosa questão dos direitos autorais. Na avaliação de Tarquínio, ainda não havíamos chegado à “situação dos países em que se tem na devida conta a dignidade do trabalho intelectual [aliás de todo e qualquer trabalho] e em que a profissão de escritor é considerada em toda a sua importância”. Daí continuar sem solução a questão da justa remuneração devida à atividade literária que, de acordo com o Presidente, corresponderia ao exercício de um ofício ou profissão e faria jus a retribuições pecuniárias.

Entretanto, a ABDE logo extrapolou tal problemática para assumir as vezes de um espaço de aglutinação e debate

em torno da função e do papel dos intelectuais, da defesa da liberdade de expressão e da luta contra o fascismo, em todas as suas formas. Antonio Candido, que acompanhou de perto as atividades da agremiação, assinalou que:

(...) o grosso das preocupações foi estabelecer uma agremiação que organizasse os escritores e intelectuais para a oposição à ditadura do Estado Novo. Tanto assim que da ABDE (sigla rapidamente consagrada) não faziam parte os mais ou menos chegados ao governo, seja porque o apoiavam ideologicamente, seja porque trabalhavam, com ou sem convicção política, em organismos oficiais de informação e propaganda, que então proliferavam, ou escreviam assiduamente em publicações orientadas neste sentido.²

Em 1944, a ABDE decidiu organizar o 1º Congresso de Escritores. À seção São Paulo coube sediar e organizar o evento, realizado na capital paulista entre 22 e 27 de janeiro de 1945, sob coordenação de Sérgio Milliet, presidente da seção paulista, e de Aníbal Machado, então exercendo o cargo de presidente da entidade. A abertura solene e o encerra-

mento ocorreram no Teatro Municipal e as sessões de trabalho no Centro do Professorado Paulista. O conclave contou com a participação de intelectuais dos mais expressivos, filiados a diferentes correntes políticas e unidos em torno do combate à ditadura de Vargas.³

É preciso não perder de vista o momento político então vivido: a ditadura do Estado Novo, ainda que evidenciando sinais de declínio, continuava a vigorar e, às vésperas do Congresso, havia o temor de que o encontro acabasse sendo proibido. Em sua correspondência, Mário de Andrade expressou suas dúvidas quanto à oportunidade da realização. Para Rodrigo Mello Franco de Andrade, Mário confidenciava em 8/12/1944:

Eu confesso a você que estou intimamente desesperado com esse Congresso (...). Comparecer? Não comparecer? Um congresso de Intelectuais num regime destes, ou sai bagunça, tiro, prisão, ou é o avacalhamento da Intelligentsia nacional (sic). Não encontro argumento que me tire desse dilema porque não vejo possível um Congresso de escritores não se pronunciar, agora, sobre o primeiro,

senão único, alimento vital do que seja inteligência, liberdade de pensar, Você não acha?⁴

Dez dias depois, em carta à Henriqueta Lisboa, já havia decidido participar, sob o argumento de que “fica muito ridículo e bancar o besta, brilhar pela ausência. Prefiro a humilhação de ir numa coisa que sou contra, neste regime de DIP e ditadura”.⁵

Enquanto Mário hesitava, outros estavam convencidos do significado do evento. No arquivo Astrojildo Pereira, há recorte do jornal Folha Carioca, datado de 29 de novembro de 1944, no qual vários escritores comentam o futuro Congresso e esclarecem seus objetivos, a exemplo de Lia Correa Duarte, que advertia:

– Que ninguém imagine que essa reunião de intelectuais seja um pretexto para conversinhas, troca de amabilidades sociais, chás, coquetéis e banquetes. Não haverá oportunidade para isso. Trabalharemos muito. Os temas a serem discutidos são todos de grande importância e gravidade, essenciais a nossa profissão e de interesse para o público em geral. Entre as teses recomendadas pela comissão organizadora figuram: direitos autorais;

democratização da cultura; bibliotecas populares; o escritor e a luta contra o fascismo; a liberdade de criação literária. Assim, nenhum setor da atividade nacional poderá permanecer indiferente a essa realização. Com tanta responsabilidade e trabalho (pensa-se em fazer duas reuniões por dia) e com assuntos tão vastos para tratar, creio que não sobrar, felizmente, tempo para as questões pessoais tão em moda, nem para questões bizantinas (...). A época não é para essas coisas. Há guerra, nazismo, fome, campos de concentração, intolerância, vida cara e analfabetismo. Pensemos nisso primeiro. O resto fica para depois.⁶

O clima que cercava o Congresso deve ter contribuído para dissipar as dúvidas de Mário de Andrade, que integrou a comissão de recepção das delegações de outros estados, compareceu a todas as sessões e remeteu cartas convocando os jovens: “Não é possível, Guilherme, nem pensar em você não vir, tenha paciência por esta vez, e por favor faça toda a força pra uns como o Carlos [Drummond de Andrade] vir também.” E fazia a *mea culpa* ao amigo, “mas acabei me convencendo que é impossível pra dignidade

nossa de todos em geral e de cada um em particular, não comparecer.”⁷ E para Fernando Sabino pedia: “Você absolutamente não deixe de vir pro Congresso de Escritores”.⁸

O Congresso organizou-se em várias comissões destinadas a tratar de questões específicas – direitos autorais; cultura e assuntos gerais; teatro, imprensa, rádio e cinema e assuntos políticos –, além de uma de redação e coordenação.

A Declaração de Princípios, redigida pela comissão de assuntos políticos da qual participaram, entre outros, Astrojildo Pereira, José Eduardo Prado Kelly e Caio Prado Júnior, foi lida em plenário por Dionélio Machado. Como recorda Antonio Candido, foi Astrojildo Pereira quem propôs que todos se levantassem para ouvir a leitura, “sob uma enorme tensão emocional, naquela atmosfera de opressão política onde a palavra democracia era subversiva e falar em eleição podia dar cadeia”.⁹ No texto clamava-se por legalidade democrática; eleições diretas por sufrágio universal, direto e secreto; soberania popular e liberdade

de expressão, isso num evento de caráter público.

Nas suas memórias, Álvaro Moreyra registrou o clima geral de satisfação que contagiou os participantes:

São para lembrar com orgulho esses dias de 22 a 27/1/1945. Grande congresso! Congresso de defesa de todos os direitos. Muita palavra se pediu na sessão inicial. Bastante tempo se perdeu. Esquecimento. Falta de prática. Nas outras sessões, foi como se houvesse sempre Congresso. Estudou-se, discutiu-se, esclareceu-se a tarefa numerosa da inteligência no mundo que quer a paz para viver. Dos que partiram do Rio, o regresso foi alegria (...). Noite luminosa, vento fresco, prazer imenso. Cada um sorria para o outro. Trazámos todos umas caras de feliz ano novo...¹⁰

A seguir reproduzem-se dois documentos manuscritos, que integram o arquivo de Astrojildo Pereira. O primeiro é a Ata da segunda reunião da Comissão de Assuntos Políticos e o segundo é a Declaração de Princípios aprovada pelo 1º Congresso.

1 Sobre as questões mais amplas da intelectualidade paulista e carioca, que explicam as mudanças ocorridas na entidade, ver a instigante análise de LAHUERTA, Milton. *Elitismo, autonomia, populismo*. Os intelectuais na transição dos anos 40. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). São Paulo: FFLCH/USP, 1992, especialmente capítulo 4.

2 CANDIDO, Antonio. O Congresso dos Escritores. In: CANDIDO, Antonio. *Teresina etc.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 108.

3 Sobre o Congresso, além do trabalho de Milton Lahuerta e Antonio Candido, consultar: ABREU, Alzira Alves. 1º Congresso de Escritores. IN: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. 2a ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2001, v. II, p. 1535-1536 e MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. 4a ed. São Paulo: Ática, 1978, 137-153.

4 ANDRADE, Mário de. *Cartas de trabalho*. Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade. Brasília, MEC, 1981, p. 185. 5 ANDRADE, Mário. *Querida*

Henriqueta. Cartas de Mário de Andrade a Henriqueta Lisboa. 2a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991, p. 171. E em 24/12/1944, para Guilherme de Figueiredo, praticamente nos mesmos termos: ‘Que vazio... Esse Congresso de Escritores está cada vez mais me irritando. Considero isso uma loucura, numa época destas. Hesitei muito em comparecer, mas afinal acabei decidindo que compareço. Prefiro até a humilhação de um Congresso inócuo no ponto principal ou de talvez tomar cadeia inutilmente, a bancar o besta e o não-participante não comparecendo. *Idem*. *A lição do guru*. Cartas a Guilherme de Figueiredo (1937-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989, p. 143.

6 No Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, a se realizar em São Paulo, serão traçadas importantes diretrizes. *Folha Carioca*, 29/11/9944. Arquivo Astrojildo Pereira, 172, 35 (3)-1, CEDEM/UNESP.

7 ANDRADE, Mário. *A lição do guru*, p. 145, carta datada de 3/1/1945.

8 *Idem*. *Cartas a um jovem escritor*. De Mário de Andrade a Fernando Sabino. Rio de Janeiro: Record, 1981, p. 143.

9 CANDIDO, Antônio, 1980, p. 109-12, refere-se ao impacto, significado e importância da declaração, tendo em vista o clima reinante na época. Observe-se que o belo texto de Candido, escrito em 1975, dialoga fortemente com a conjuntura de exceção que novamente dominava o país.

10 MOREYRA, Álvaro. *As amargas, não...* (Lembranças). 2a ed. Rio de Janeiro: Editora Lux, 1955. p. 221-222.

ARQU A 2, 8(2)-9

Declaração de Princípios
 aprovada pelo I Congresso Brasileiro de Escritores

"Os escritores brasileiros, conscientes de sua responsabilidade na interpretação e defesa das aspirações do povo brasileiro, e considerando necessária uma definição de seu pensamento e de sua atitude em relação às questões políticas básicas do Brasil, neste momento histórico, declaram e adotam os seguintes princípios:

Primeiro - A legalidade democrática como garantia da completa liberdade de expressão do pensamento, da liberdade de culto, de segurança contra o terror da violência, e do direito a uma existência digna.

Segundo - O sistema de governo eleito pelo povo mediante sufrágio universal, secreto e direto.

Terceiro - Si o pleno exercício da soberania popular em todas as ~~partes~~^{nações} torna possível a paz e a cooperação internacionais, assim como a independência econômica dos povos.

Conclusão - O Congresso considera urgente a necessidade de ajustar-se a organização política do Brasil aos princípios aqui enunciados, que são aqueles pelos quais se batem as forças armadas do Brasil e das Nações Unidas."

(5ª e última sessão plenária do I Congresso de Escritores, reunido em São Paulo nos dias 22 e 27 janeiro 1945)

MCH A 0,1(2)-3



I CONGRESSO BRASILEIRO DE ESCRITORES
 PROMOVIDO PELA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCRITORES (ABDE)
 SECRETARIA
 RUA JOÃO BRICOLA, 44 - 11ª ANDAR - SALA 109
 TELEFONE: 2-2281 - SÃO PAULO - BRASIL



1º Congresso Brasileiro de Escritores
Ata da 2ª Sessão da Comissão de Assuntos Políticos

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de mil novecentos quarenta e cinco, reúne-se, no Centro do Professorado Paulista, às duas horas e um quarto, a Comissão de Assuntos Políticos, em sessão extraordinária. Presentes os senhores Prado Kelly, Presidente, Astrojildo Pereira, Secretário, Dionelio Appadeo, Fritz Teixeira de Sales, Nival Ruff, Jorge Amado, Arnon de Melo, São Paulo Júnior, Osório Pires, Alberto Passos Guimarães, José Nêcleo Horta, Carlos de Lacerda e Paulo Lucílio Sales Gomes, e o senhor Prado Kelly assume a presidência e inicia os trabalhos. É dada a palavra ao senhor São Paulo Júnior, para relatar a tese "O intelectual em face do problema da liberdade". Fato o relatório, e estando presente o autor, senhor Carlos de Lacerda Horta, e o mesmo convidado, pelo senhor Presidente, para fazer uso de palavra. Terminado isso, e não havendo mais quem queira falar, passa o relatório a ler o parecer da Comissão. Aprova o conteúdo da tese, e embora discordando de pontos históricos secundários, entende estar o assunto bem desenvolvido e ter interesse pelo que opina por sua publicação. Este parecer é aprovado, unânime e mente. ... Comparece o senhor Moisés Verneque de Castro, que passa a relatar a tese "Da incompatibilidade dos regimes fascistas e da inteligência". Terminado o relatório e estando presente o autor, senhor Aristides Lobo, e lhe dada a palavra. Sem afunilar ninguém de referência falar, passa o relatório a ler o parecer, nos seguintes termos: Recomenda ao plenário as conclusões como recomendação de enunciado do dever do escritor na luta contra o fascismo, - deixando de entrar na apreciação dos citados que fundamentam

a tese, citando de antropologia e biologia, que escapam à algibeira de bofones. O parecer é aprovado unanimemente. - O senhor João Peleto Horta relata a tese "O editor e a licta contra o fascismo". Feito o relatório, o senhor Presidente dá a palavra ao autor, senhor Florio Vigi, que defende os seus pontos de vista. O relator lê o seu parecer, referindo a tese in limine, já que se não trata propriamente de tese. Pela a palavra o senhor Paulo Mendes, que apresenta emenda substitutiva, no sentido de se se acitarem os dois itens que se seguem: 1) apelo de que se eduzam em larga escala com o concurso dos escritores seja estabelecida no Brasil; 2) que todos os intelectuais brasileiros prestizem o 1º Congresso de Escritores, e sejam aprovados como reconhecidos. Contra o voto do senhor Peleto, se acita a emenda. - O senhor Alberto Passos Guimarães lê a tese "Democracia e Pluralismo", de autoria de Paulo de Miranda. Terminado o relatório e não havendo ninguém que queira fazer uso da palavra, lê o relator o parecer, opinando pela aprovação da tese, dada a atualidade dos problemas que da focaliza e porque seu espírito corresponde ao espírito democrático deste Congresso. A aprovação do parecer é unânime. - O senhor Astorjildo Pereira relata a tese em forma de carta ao Congresso de Escritores, de autoria de Lício Pinheiro dos Santos. Diz que, embora sendo uma carta e não propriamente uma tese, e seu conteúdo de natureza a recordar a uma publicação nos Anais. - Havendo outra tese de mesmo autor e proposta e aprovada a discussão e o julgamento de ambos conjuntamente. Sem votos, o relator lê a seguinte tese, senhor Basilio Balbo, que opina pela publicação de mesmo nos Anais. O senhor Lúcio Prado Pinheiro é de opinião que se publique somente esta última, mas que se não seja publicado por todos. O senhor Astorjildo Pereira solicita seja a carta devolvida à Mesa, para o devido fim, prefereida, como já se, a conclusão do seu relatório. O senhor Lúcio Prado Pinheiro opõe a repudiada publicação com restrições, devido ao plano nitelista em que se edita o seu autor - mas que se acompanhando pelo senhor Astorjildo Pereira Livio Machado, Fritz Teixeira de Lacerda, Carlos Lacerda e José Amado. - O senhor Astorjildo Pereira relata a tese "Abolitionismo dos intelectuais", de autoria do senhor Basilio Balbo, que, embora presente, não faz uso da palavra. O senhor Pinheiro explica aos demais membros que não figura a distribuição desta tese juntamente com as outras por lhe não haver chegado antes às mãos. Fido o parecer, no sentido de ser levada a plenário a conclusão da tese - que é um apelo

3)

I CONGRESSO BRASILEIRO DE ESCRITORES
 PROMOVIDO PELA
 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCRITORES (ABDE)
 SECRETARIA:
 RUA JOÃO BRICOLA, 46 - 10ª ANDAR - SAIA NW
 TELEFONE: 7-2391 - SÃO PAULO - BRASIL

fraternal a todos os intelectuais brasileiros para mais ampla e efetiva participação na vida política, para realização de cursos superiores de profissões humanas e sociais - e o mesmo aprovado unânimeamente. - O senhor Arnon de Melo relate a tese "O Estado Totalitário e a Vida Intelectual", da autoria de Vilis Montenegro; e já ninguém fez uso da palavra, e o parecer, em separado aditero: 1) incompatibilidade entre o Estado Totalitário e a vida intelectual, de acordo com o autor, 2) as principais liberdades de Roosevelt: a liberdade de pensamento, a de culto, a de não ter medo da violência nem de miséria; 3) participação ativa do escritor como tal e como cidadão, na luta contra toda e qualquer espécie de restrição a estas liberdades, - sendo aprovado unânimeamente. - O senhor Paulo de Faria relate a tese "União Nacional e Uma Nova União". As conclusões são: 1) aprovação do Brasil ao critério unânime político na união; 2) estudo imediato, com a colaboração da ABDE, de planos de unidade intelectual cultural do conjunto, tendo em vista, especialmente, a futura união; 3) sejam as conclusões acima mencionadas e plenárias; 4) pleitear, junto às autoridades de união, seja atribuída à ABDE, enquanto persistirem as restrições imperiais, o direito de associação em todos os casos em que a atividade de escritores estrangeiros, em caráter de permanência, dependa da decisão das referidas autoridades. Os itens 1), 2), 3) e 4) são aprovados unânimeamente, votando contra o item 5) o senhor Paulo Mendes, o senhor Paulo de Faria e o senhor Paulo Mendes de Faria. O senhor Paulo Mendes de Faria relate a tese "O escritor e a luta contra o fascismo", sendo o seu parecer no sentido de se se usarem no ano de dois itens: 1) a necessidade de o escritor adquirir mais consciência política; 2) o seu dever de se ligar ao povo para ajudá-lo a conquistar consciência política - rejeitando a tese, devido ao seu tom violentamente fascista. Pelo o parecer o senhor Paulo de Faria se manifesta contra a inserção. Pelo o parecer a voto, unânimeamente rejeitada a tese, e, contra o voto do senhor Paulo de Faria, não se propõe a inserção pleiteada. - O senhor Paul Riff, relate a mensagem do senhor Paulo de Faria, sendo o seu parecer, - que é unânimeamente aprovado, - no sentido de se aprovar a união.

após, devendo a referida obra ser reconsiderada, ao se redigirem os estatutos do bra-
 ço; não lhe parecendo, entretanto, de ser publicada nos anais. - O senhor Jorge
 Amado relate a tese "O escritor na guerra e no mundo do pós guerra", de autoria de
 Luis Costa Leite. O seu parecer é unânime e aprovado. O senhor Carlos de Sa-
 cerda e Astrogildo Pereira propõem, no item b) das conclusões da tese, a substitui-
 ção da expressão "especificadas as diferenças" por "respeitadas as diferenças".
 - O senhor Firmino Machado relate a tese "Fidelidade e Cultura", de autoria de
 Alceu Sparido Neto. O parecer, unânime e aprovado, modifica, após orenato
 duas palavras as conclusões do autor, que fica, então, com a redação que se segue:
 "O 1º Congresso de Escritores, recordando que a fidelidade é a tradição política do
 país e entendendo ser propícia e adequada a atmosfera à crítica e expansão da
 cultura nacional, afirma seu sentimento como garantia da unidade nacional", sendo,
 nasceras condições, aprovada a tese unânime e aprovada. - O senhor Felf Pereira de
 Sales relate as últimas teses "A resposta da literatura alemã aos nazistas", de au-
 toria de J. Feder, e "Resposta a Inesto Feder", de autoria de You Pisk, e apresenta
 o parecer nos termos que se seguem: incluídas da primeira das duas teses referidas
 nos anais, e tomada em consideração da segunda como elemento crítico, embora
 não seja a fora de sua inclusão nos anais. O parecer é aprovado unânime e.
 O senhor Presidente suspende o sessão por dez minutos. Retornando, traz à discussão
 a redação da declaração de princípios, que deve ser apresentada ao plágio, e de-
 signa o senhor Firmino Machado seu relator. - Ou, *Alceu Sparido Neto*, la-
 nça a seguir após presente ato, o qual, depois de lido e aprovado, o senhor Presi-
 dente assinava.

